

NEXPE PARTICIPAÇÕES S.A. – Em Recuperação Judicial
CNPJ/ME: 08.613.550/0001-98
NIRE: 35.300.593.111
COMPANHIA ABERTA

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA NEXPE PARTICIPAÇÕES S.A. – Em Recuperação Judicial
A SER REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2023
EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

1. Informações sobre a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2ª convocação(“AGO”)

DATA: 11 de maio de 2023

HORA: 14:00 horas

MODO: Exclusivamente Digital

2. Mensagem da Administração

A Administração da Nexpe Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da Resolução CVM nº 81/2022 (“Resolução CVM 81”) e do Estatuto Social da Companhia, submete à apreciação de seus acionistas a presente proposta da administração (“Proposta da Administração”) sobre as matérias que serão deliberadas na AGO a ser realizada, em segunda convocação, no dia 11 de maio de 2023, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, considerada na sede da Companhia, conforme Edital de Convocação divulgado na presente data.

3. Edital de Convocação

NEXPE PARTICIPAÇÕES S.A. – Em Recuperação Judicial

CNPJ/ME: 08.613.550/0001-98

NIRE Nº 35.300.593.111

COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da Nexpe Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”) convocados, na forma de seu Estatuto Social, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia” ou “AGO”), a realizar-se, em segunda convocação, no dia 11 de maio de 2023, às 14:00 horas, **de modo exclusivamente digital**, nos termos do art. 4º, §2º, inciso I e art. 28 da Resolução CVM nº 81/2022 (“Resolução CVM 81”), para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

- 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022;
- 2) Aprovar a destinação do resultado auferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022;
- 3) Fixar a remuneração global anual da Administração (Diretoria e Conselho de Administração) para o exercício social de 2023;
- 4) Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia;
- 5) Fixar a remuneração global anual do Conselho Fiscal para o exercício social de 2023; e
- 6) Eleger (1) um novo membro independente do Conselho de Administração em razão da vacância no cargo.

Orientações gerais para a participação na AGO:

- a) Nos termos do artigo 49 da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia considerará normalmente as instruções de votos encaminhadas pelos acionistas por meio do respectivo boletim de voto a distância quando da realização da primeira convocação da Assembleia Geral Ordinária;
- b) Em observância ao estabelecido na Resolução CVM 81, informamos aos senhores acionistas que os documentos relativos às matérias que serão deliberadas na Assembleia, bem como a Proposta da Administração, encontram-se à disposição dos senhores acionistas no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site de RI da Companhia (www.nexpe.co);
- c) Nos termos do artigo 6º da Resolução CVM 81, os acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão, para obter a autorização da Companhia para participação virtual na AGO por meio da Plataforma Digital, enviar e-mail para o endereço eletrônico ri@nexpe.co, com solicitação de confirmação de recebimento, com, **no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência** da data de realização da AGO, ou seja, **até o dia 9 de maio de 2023**, solicitando sua participação à Companhia, indicando o telefone de contato e e-mail do participante, e apresentando os documentos abaixo relacionados:

Pessoa Física

- documento de identificação com foto recente e validade nacional;
- comprovante expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia ou agente de custódia / B3, datado de até 3 (três) dias úteis antes da realização da AGO; e
- o instrumento de mandato outorgado há menos de 01 (um) ano (para aqueles que forem se fazer representar por meio de procurador), observado no parágrafo abaixo;

Pessoa Jurídica

- último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista;
- documento de identidade com foto do representante legal;
- o instrumento de mandato outorgado há menos de 01 (um) ano (para aqueles que forem se fazer representar por meio de procurador), observado no parágrafo abaixo; e
- comprovante expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia ou agente de custódia/B3, datado de até 3 (três) dias úteis antes da realização da AGO.

Fundos de Investimento

- último regulamento consolidado do fundo;
- estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente);
- documentos societários que comprovem os poderes de representação;
- documento de identidade com foto do representante legal;
- o instrumento de mandato outorgado há menos de 01 (um) ano (para aqueles que forem se fazer representar por meio de procurador), observado no parágrafo abaixo; e
- comprovante expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia ou agente de custódia/B3, datado de até 3 (três) dias úteis antes da realização da AGO.

d) Em caráter excepcional, a Companhia admitirá que os acionistas enviem os documentos de representação necessários indicados no Edital de Convocação apenas digitalmente, sem a necessidade de reconhecimento de firma das assinaturas ou de cópias autenticadas, em formato PDF. A Companhia aceitará procurações assinadas fisicamente ou digitalmente por meio de certificado digital (ICP-Brasil).

e) Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação na Assembleia constam na Proposta de Administração da Companhia e demais documentos disponíveis nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.nexpe.co).

São Paulo, 4 de maio de 2023.

Francisco Roman Lamas Mendez
Presidente do Conselho de Administração

4. Proposta da Administração para as matérias que serão submetidas à deliberação na Assembleia Geral Ordinária

i. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022

O Relatório e as Contas da Administração estão apresentadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (“Demonstrações Financeiras”), cuja aprovação foi recomendada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 28 de março de 2023 e arquivada junto à CVM em 29 de março de 2023.

As Demonstrações Financeiras, incluindo o Relatório da Administração, as Notas Explicativas e o relatório da BDO, Auditoria Independente da Companhia (“Relatório dos Auditores Independentes”) foram publicados em 29 de março de 2023 no sistema Empresas.net da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conforme facultado pelo art. 2º da Resolução CVM nº 166/2022, e estão disponíveis para consulta no site de RI da Companhia (www.nexpe.co) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). O Conselho Fiscal emitiu parecer que foi disponibilizado no Formulário DFP da Companhia.

A Companhia esclarece que, em observância ao artigo 10º, III da Resolução CVM 81, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência, constam como Anexo A à presente Proposta da Administração.

A Administração propõe que os acionistas examinem todos os documentos disponibilizados pela Administração e aprovem o Relatório e as contas da Administração e as Demonstrações Financeiras.

ii. Aprovar a destinação do resultado auferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022

Tendo em vista o resultado auferido pela Companhia durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração propõe que o prejuízo apurado no exercício, no montante de R\$ 150.737.293,00 (cento e cinquenta milhões, setecentos e trinta e

sete mil, duzentos e noventa e três reais), seja destinado à conta de prejuízos acumulados. Tendo em vista a apuração de prejuízo, a Companhia está dispensada de apresentar o Anexo A da Resolução CVM 81.

iii. Fixar a remuneração global anual da Administração (Diretoria e Conselho de Administração) para o exercício social de 2023

A Administração propõe que a remuneração global anual da Administração (Diretoria e Conselho de Administração) para o exercício social de 2023 seja de até R\$ 8.176.000,00 (oito milhões, cento e setenta e seis mil reais).

Maiores informações sobre a proposta da Administração para a remuneração global anual dos administradores estão indicadas no Anexo B à presente Proposta da Administração, em observância ao artigo 13 da Resolução CVM 81.

iv. Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia

Em 13 de fevereiro de 2023, a Companhia, juntamente com outras 7 (sete) sociedades integrantes do seu Grupo Econômico, ajuizou pedido de recuperação judicial, tendo o processo sido autuado sob o nº 1016636-15.2023.8.26.0100, em trâmite perante a 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

Conforme exigido pelo Art. 48-A da Lei 11.101/2005, na recuperação judicial de companhia aberta é obrigatório a formação e o funcionamento do Conselho Fiscal.

Conforme orientação encaminhada por escrito à Companhia, a acionista controladora da Companhia, PROMONTORIA HOLDING 276 B.V., realizou a indicação dos seguintes candidatos ao Conselho Fiscal, para cumprirem mandato de 1 (um) ano, que terminará em data coincidente com a da Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2024: (i) Pedro Alvarenga, como titular, e Marcelo Lobo, como seu respectivo suplente; (ii) Luis Eduardo de Almeida Vidal Mangini, como titular, e Flávio Correia Santos, como seu respectivo suplente; e (iii) João Marcos de Faro Mendes de Almeida, como titular, e Anderson de Souza Marques, como seu respectivo suplente.

Nos termos do artigo 11 da Resolução CVM 81, a Companhia fornece aos Acionistas, no Anexo C desta Proposta, as informações relativas aos candidatos acima mencionados previstas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência.

v. Fixar a remuneração global anual do Conselho Fiscal para o exercício social de 2023

A Administração propõe que a remuneração global anual do conselho fiscal para o exercício social de 2023 seja correspondente ao mínimo legal, a saber, o valor equivalente a 10% da remuneração fixa média da Diretoria, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, multiplicada pela quantidade de membros do conselho fiscal.

Maiores informações sobre a proposta da Administração para a remuneração global anual dos administradores estão indicadas no Anexo B à presente Proposta da Administração, em observância ao artigo 13 da Resolução CVM 81.

vi. Eleger (1) um novo membro independente do Conselho de Administração em razão da vacância no cargo.

Conforme divulgado no Comunicado ao Mercado datado de 24 de março de 2023, a Sra. Juliana Cristina Elias Araujo apresentou pedido de renúncia ao seu cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia. Nos termos do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia, esta Assembleia deverá eleger novo membro independente para ocupar o cargo vago.

Conforme orientação encaminhada por escrito à Companhia, a acionista controladora da Companhia, PROMONTORIA HOLDING 276 B.V., deseja indicar como candidata ao referido cargo a Sra. Alexandra Koelle Moore Mayorga, para cumprir o mandato em curso, que terminará em data coincidente com a da Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2024.

Nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, o enquadramento do(a) candidato(a) indicado(a) ao Conselho de Administração como conselheiro(a) independente será deliberado pela Assembleia Geral da Companhia.

A Companhia obteve declaração da candidata, na qual atesta o seu enquadramento nos critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado. Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia emitiu manifestação favorável à qualificação da candidata de acordo com os critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Diante do exposto, a Administração recomenda que os acionistas aprovelem o enquadramento da Sra. Alexandra Koelle Moore Mayorga, como candidata a membro independente do Conselho de Administração da Companhia.

Nos termos do artigo 11 da Resolução CVM 81, a Companhia fornece aos Acionistas, no Anexo C desta Proposta, as informações relativas a candidata acima mencionada previstas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência.

5. Manual de Participação

Poderão participar da AGO todos os acionistas titulares de ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, por si ou por representantes legais.

Os documentos e informações relativos às matérias que serão deliberadas na Assembleia, bem como a Proposta da Administração, os boletins de voto a distância para a AGO, encontram-se à disposição dos senhores acionistas no site da CVM (www.cvm.gov.br), na sede social da Companhia e no site de RI da Companhia (www.nexpe.co).

Nos termos do artigo 6º da RES CVM 81/22, os acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão, para obter a autorização da Companhia para participação virtual na AGO por meio da Plataforma Digital, enviar e-mail para o endereço eletrônico ri@nexpe.co, com solicitação de confirmação de recebimento, com, **no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência** da data de realização da AGO, ou seja, **até o dia 9 de maio de 2023**, solicitando sua participação à Companhia, indicando o telefone de contato e e-mail do participante, e apresentando os documentos abaixo relacionados:

Pessoa Física

- documento de identificação com foto recente e validade nacional;
- comprovante expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia ou agente de custódia / B3, datado de até 3 (três) dias úteis antes da realização da AGO; e
- o instrumento de mandato outorgado há menos de 01 (um) ano (para aqueles que forem se fazer representar por meio de procurador), observado no parágrafo abaixo;

Pessoa Jurídica

- último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista;
- documento de identidade com foto do representante legal;
- o instrumento de mandato outorgado há menos de 01 (um) ano (para aqueles que forem se fazer representar por meio de procurador), observado no parágrafo abaixo; e
- comprovante expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia ou agente de custódia/B3, datado de até 3 (três) dias úteis antes da realização da AGO.

Fundos de Investimento

- último regulamento consolidado do fundo;
- estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente);
- documentos societários que comprovem os poderes de representação;
- documento de identidade com foto do representante legal;
- o instrumento de mandato outorgado há menos de 01 (um) ano (para aqueles que forem se fazer representar por meio de procurador), observado no parágrafo abaixo; e
- comprovante expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia ou agente de custódia/B3, datado de até 3 (três) dias úteis antes da realização da AGO.

Nos termos da lei societária, o acionista pode ser representado na AGO por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado; na companhia aberta, como é o caso da Companhia, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos. Além disso, em linha com o disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, os acionistas pessoas jurídicas podem ser representados na AGO através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil. Em todos os casos, exige-se que o respectivo procurador esteja regularmente constituído em instrumento de mandato, o qual deve conter poderes para votar na AGO. Para tomar parte na AGO, o acionista que for representado por procurador deverá enviar à Companhia cópia do instrumento de mandato.

No caso das pessoas jurídicas estrangeiras, a documentação que comprova os poderes de representação deverá passar por processo

de notarização e, a depender do país de origem, consularização ou apostilamento, não sendo necessária a tradução juramentada se a língua de origem do documento for o português, inglês ou espanhol. Documentos redigidos em outras línguas somente serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para uma das 3 (três) línguas mencionadas.

Em caráter excepcional, a Companhia admitirá que os acionistas enviem os documentos de representação necessários indicados no Edital de Convocação apenas digitalmente, sem a necessidade de reconhecimento de firma das assinaturas ou de cópias autenticadas, em formato PDF. A Companhia aceitará procurações assinadas fisicamente ou digitalmente por meio de certificado digital (ICP-Brasil).

Nos termos do artigo 6º, §3º da RES CVM 81/22, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo estabelecido no Edital e indicado acima.

Após o recebimento da solicitação acompanhada dos documentos necessários para participação na AGO, a Companhia enviará, ao endereço de e-mail indicado pelo acionista, o link e as instruções de acesso à Plataforma aos acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores. Referidas informações serão pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização.

O acionista que participar por meio da Plataforma será considerado presente à AGO, podendo exercer seus respectivos direitos de voto, e assinante da respectiva ata da AGO.

Caso determinado acionista não receba o convite individual para participação na AGO com até 3 (três) horas de antecedência em relação ao horário de início da AGO, deverá entrar em contato com o departamento de Relações com Investidores da Companhia pelo endereço eletrônico ri@nexpe.co, a partir das 9 horas, na data da AGO, e com, no mínimo, 1 (uma) hora de antecedência em relação ao horário de início da AGO para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do acionista seja liberado mediante o envio de novo convite individual.

A Companhia recomenda que os acionistas acessem a Plataforma com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da AGO a fim de permitir a validação do acesso e evitar eventuais problemas operacionais com a sua utilização no dia da Assembleia e que os acionistas se familiarizem previamente com o referido sistema eletrônico.

A Companhia não se responsabiliza por problemas de conexão que os acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do sistema da

Plataforma, com o equipamento do acionista), dificultando ou impossibilitando a sua participação na AGO.

A Companhia reserva-se o direito de utilizar quaisquer informações constantes da gravação da AGO para: (i) registro das manifestações dos acionistas e também para visualização dos documentos apresentados durante a Assembleia; (ii) registro da autenticidade e segurança das comunicações durante a Assembleia; (iv) registro da presença e dos votos proferidos pelos acionistas; (iv) cumprimento de eventuais ordens legais de autoridades competentes; e (v) defesa da Companhia, seus administradores e terceiros contratados, em qualquer esfera judicial, arbitral, regulatória ou administrativa.

Voto à Distância

Nos termos do artigo 49 da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia considerará normalmente as instruções de votos encaminhadas pelos acionistas por meio do respectivo boletim de voto a distância quando da realização da primeira convocação da Assembleia Geral Ordinária.

6. Representação por procuração

Caso V.Sas. prefiram indicar um representante legal para voto por procuração, os documentos que confirmam a representação também deverão ser entregues na sede da Companhia dentro dos prazos e na forma descrita acima.

Com o propósito de facilitar a participação na AGO, a Administração da Companhia deixa à disposição de seus acionistas, como mera cortesia e sem um compromisso formal de solicitação, o modelo de procuração constante do Anexo D como uma sugestão de texto e a indicação de advogado da Companhia, caso o acionista não tenha quem indicar. Dessa forma, V.Sas. deverão considerar que tal sugestão de texto não configura um pedido público de procuração para os fins do Capítulo IV da Instrução CVM 481, mas sim uma facilidade que a Companhia coloca à sua disposição.

<u>Procurador sugerido pela Companhia</u>
CARLOS EDUARDO SAMPAIO AGUIAR, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 139.750 e no CPF/ME sob o nº 094.734.507-88, com endereço profissional na Rua Flórida, nº 1595, 3º andar, conjunto 31, Cidade Monções, CEP 04.565-001, São Paulo – SP.

ANEXO A – Comentários dos administradores (Item 2 do Formulário de Referência)

2.1 Comentários dos diretores sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Nosso objeto social, definido no artigo 3º do nosso Estatuto Social, consiste na participação em outras sociedades que atuem no setor imobiliário na qualidade de sócia, acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimentos, com a subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários emitidos por sociedades atuantes no setor imobiliário.

Atuamos por meio de nossas subsidiárias oferecendo aos nossos clientes uma carteira imobiliária ampla para investimentos através da intermediação de venda de edifícios, unidades residenciais, loteamentos, condomínios de casas, shopping centers, conjuntos comerciais, flats e hotéis, estando presente nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Mato Grosso, além de outros Estados exercendo a atividade de intermediação de crédito, pela controlada Credimorar.

Todas as controladas da Companhia exercem atividades relacionadas à intermediação na compra e venda de imóveis prontos e lançamentos, terrenos, lotes, administração de aluguel e condomínios, bem como demais atividades relacionadas ao mercado imobiliário, como assessoria de financiamentos. Os diretores da Companhia acreditam que somos um dos maiores e mais completos grupos de intermediação e consultoria imobiliária a clientes incorporadores e a consumidores finais de imóveis, de diversos padrões econômicos, além de ser um dos principais agentes de fomento de financiamentos imobiliários do país.

Os principais serviços prestados estão ligados à comercialização imobiliária, estudo de viabilidade imobiliária para novos empreendimentos, consultoria e planejamento de marketing para lançamentos imobiliários, acompanhamento jurídico, assessoria de crédito imobiliário e administração de locação.

A Companhia realizou nos últimos anos ampla reestruturação dos seus negócios a partir da criação de verticais que atuam de forma especializada por tipo de negócio. Acreditamos que esse modelo permite maior foco dos executivos e seus times a cada unidade de negócios, alvacando os resultados do Grupo. Essa maior diversidade de fontes de receita nos diferencia em relação aos demais agentes de mercado, permitindo que possamos capturar diferentes ciclos econômicos.

Para suportar essas diferentes verticais utilizamos estruturas compartilhadas de serviços entre cada vertical, reguladas por um contrato de prestação de serviços, capturando sinergias e ganhos de escala. Reorganizamos nosso parque de escritórios e lojas para adequar nossa estrutura ao momento atual do mercado. E conduzimos ampla renegociação com fornecedores nos últimos anos. Todas essas mudanças se baseiam na premissa tornar a Companhia mais eficiente.

Com base nos serviços prestados pela Companhia, nossas receitas provêm principalmente da prestação de serviços Crédito Imobiliário e de intermediação imobiliária, tendo atingido, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, R\$ 138,8 milhões.

O ano de 2021 foi, sem dúvida alguma, o ano em que a Companhia consolidou a evolução no seu modelo de negócio com foco na transformação digital. Ao longo do ano fomos construindo uma empresa onde o propósito fazer de cada experiência imobiliária uma parceria única nos norteou para que todas as melhorias fossem implementadas. Podemos dizer que hoje somos uma empresa ‘Figital’, pois alinhamos nossos anos de experiência no mercado imobiliário tradicional às transformações tecnológicas com um atendimento humanizado, permitindo entender melhor a necessidade de cada cliente e melhorar a jornada deste relacionamento. Para isso investimos em tecnologia proprietária transformando nossos processos e sistemas para trazer uma experiência na jornada de compra e venda única, onde o cliente possa ter todas as informações necessárias sobre o imóvel de interesse, com tour virtual e integração com os principais pontos de interesse do Google, o que possibilita e impulsiona às vendas de maneira totalmente digital e sem a necessidade de uma visita física. Este desenvolvimento, inicialmente feito na Desenrola, está sendo, aos poucos, implementado nas demais empresas do grupo, como feito no site da Brasil Brokers, o que trouxe uma melhora significativa na experiência e navegabilidade do cliente com um layout moderno e maior velocidade na atualização dos imóveis por parte da força de vendas. Outra implementação tecnológica desenvolvida pela empresa foi a criação do sistema CredIntegrados, plataforma digital de Crédito Imobiliário, que se conecta às plataformas dos principais bancos do país, permitindo realizar e acompanhar todas as etapas do processo de financiamento, desde a simulação até a contratação do financiamento. O desenvolvimento desta plataforma continuará sendo muito importante para a Credimorar, pois permite que nossos parceiros, mesmo tendo pouca experiência em ofertar crédito imobiliário, possam fazê-lo por meio da nossa plataforma de maneira ágil e sem burocracia. A transformação digital tem sido o motor de alavancagem em nossas operações, o que tem contribuído na redução de custos de operação, além da melhora na remuneração da força de vendas. Durante o ano fizemos várias melhorias em nosso time “tech”: fortalecemos o time contratando talentos e treinando nossos colaboradores, avançamos na implementação do modelo scrum agile, garantindo agilidade nos desenvolvimentos e melhoria contínua dos nossos sistemas proprietários, além da migração para o modelo cloud based e SaaS para os data centers, que gerou ganhos de disponibilidade e performance nas nossas aplicações.

Como não podíamos deixar de lado, as práticas de ESG foram incorporadas às nossas atividades e no dia a dia dos colaboradores.

Temos uma grande responsabilidade com estas pautas e sabemos que isto nos ajudará a nos posicionarmos de maneira mais sustentável e perene às melhores práticas de mercado. Atendendo às necessidades de transformação social e cultural, evoluímos no Movimento #Gigantesca como principal catalisador de mudança dessa esfera, onde abordamos temas como: viés inconsciente, diversidade de gênero, sexual, social e étnico racial, com um enorme engajamento de nossos colaboradores, o que ajudou a transformar nosso ambiente de trabalho de maneira muito mais positiva, através da diversidade de pensamentos e perspectivas. Em linha com o nosso propósito, o grupo interveio diretamente em projetos de moradia, uma vez que esse tema se relaciona diretamente com os nossos negócios. Por meio do projeto “O futuro começa em Casa” em parceria com a ONG Habitat para a Humanidade Brasil, ajudamos 10 famílias em situação de vulnerabilidade com a reforma de suas moradias na cidade de Goiânia. Acreditamos que desta forma, atendemos a diversos fatores críticos da nossa sociedade e contribuimos para a evolução do país e das cidades onde atuamos. Promovemos também ações assistencialistas pontuais, com a doação de cerca de 1.363 (Hum mil trezentos e sessenta e três) itens entre livros, leite e brinquedos, contando com apoio das instituições Pastoral da Criança de Inhoaíba - RJ, Projeto Batucando - RJ, Projeto Nossa Turma - SP, Assentamento Buenos Aires- GO deixando assim, um legado positivo em todos os Estados nos quais estamos presentes.

O fim do ano de 2022 foi mais um período de enormes desafios da Nexpe. Iniciamos uma reestruturação do grupo buscando o equilíbrio financeiro. Este momento de reestruturação demanda skills diferentes relacionados a cultura, integração, otimização de processos, posicionamento, revisão de metas, alinhamento de escopo e organogramas.

Além disso, de forma a melhorar a rentabilidade das unidades de negócios, se fazem necessários ajustes em nossa estrutura operacional que trazem consigo a percepção da criticidade da sobrevivência para que seja possível o sucesso e equilíbrio financeiro. São necessárias decisões difíceis, que impõem reorganização de processos, requerem foco em lupa nos gastos, a explicitação de responsabilidades em cada área e o desafio de manter viva a cultura de vendas.

Tais ações e otimizações têm sido implementadas com altivez e firmeza pelo time, com a crença da importância da estabilização do grupo Nexpe frente aos desafios de mercado.

Acreditamos no potencial ganho de Market-Share dado pela escalabilidade de nossos negócios e crescimento orgânico de nossas plataformas digitais. Nossa diversificação de negócio foi estruturada visando à transformação da empresa para um ambiente digital aderente ao de uma Proptech.

O direcionamento estratégico que vem sendo implantado tem como drivers a rentabilidade do negócio, a transformação digital, a melhoria na experiência do cliente e no trabalho como ecossistema, expandindo e integrando o portfólio de produtos e serviços.

Em 2022, a Companhia tinha um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 10,4 milhões, referindo-se basicamente a aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam de acordo com o CDI, somados ao saldo de contas a receber de curto prazo no valor de R\$ 4,6 milhões e um total de R\$ 5,6 milhões de recebíveis, com um prazo médio de recebimento estimado em 60 dias, o que possibilita o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações nos curto, médio e longo prazo.

O passivo de curto prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 100,3 milhões contra R\$ 89,1 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 13%.

Ainda em relação ao final do período encerrado em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Companhia não possuía obrigações relacionadas às opções de venda da participação minoritária das empresas adquiridas.

O Prejuízo líquido da Companhia passou de R\$ (72,9) milhões em 2021 para R\$ (151,7) milhões em 2022.

b) Estrutura de capital:

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ (86,8) milhões, o que representou uma redução de R\$ (96,7) milhões, em relação a 31 de dezembro de 2021. O passivo circulante da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$ 100,3 milhões e o passivo não circulante foi de R\$ 129,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha uma posição de caixa e de aplicações financeiras de R\$ 10,4 milhões, dívidas financeiras por um total de R\$ 68 milhões, sendo R\$ 15,6 com seu acionista controlador e R\$ 52,4 MM com Banco e nenhuma obrigação com o pagamento de aquisições.

Dessa forma, a estrutura de capital da Companhia foi representada, em 2020 e 2021, por capital próprio, sem a captação de financiamento de terceiros. Sendo que em 2022, houve a captação de cpaitais de terceiros.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros:

A Companhia em 31 de dezembro de 2022 possuía R\$ 52,4 milhões de empréstimos e financiamentos, e um passivo circulante total no valor de R\$ 100,3 milhões. Em contrapartida, a Companhia tinha disponibilidades de caixa e de aplicações financeiras de R\$ 10,4 milhões, e um contas a receber de R\$ 4,6 milhões.

Em 13 de fevereiro de 2023, a Companhia, em conjunto com 7 de suas controladas (Abyara, Basimóvel, Bamberg, Global, MF Consultoria, Tropical e Niterói), ajuizou pedido de Recuperação Judicial (“RJ”) perante a 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo (“3ª Vara”), sob o nº 1016636-15.2023.8.26.0100, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 (“LRF”) e 122 parágrafo único da LSA, em caráter de urgência, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, pelo seu acionista controlador e pelos sócios quotistas das demais empresas do Grupo Nexpe.

Em que pesem os esforços adotados pela administração do Grupo Nexpe nos últimos meses, em conjunto com seus assessores financeiros e legais, a fim de diminuir os impactos negativos causados pelas contingências trabalhistas do Grupo Nexpe e pela queda de faturamento que o mercado imobiliário sofreu durante os anos da pandemia da COVID-19, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram, em unanimidade, a apresentação da Recuperação Judicial, ad referendum da Assembleia Geral de acionistas da Companhia, conforme disposto pelo parágrafo único do artigo 122 da Lei nº LSA e demais disposições legais aplicáveis. A Companhia, em conjunto com seus assessores legais e financeiros envidará seus melhores esforços para a condução da Recuperação Judicial a fim de que a transitória crise financeira enfrentada pela Companhia e pelas demais empresas do Grupo Nexpe seja superada o mais rápido possível.

O pedido é uma medida preventiva a fim de resguardar a operação da Companhia, garantir a continuidade do seu processo de reestruturação e permitir a perenidade de suas atividades.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas:

Em 27 de janeiro de 2022, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento do capital social da Companhia com emissão de 54.246.650 ações ordinárias no valor de R\$ 54.789.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia era representado por 132.188.474 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal equivalente a R\$ 815.460.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não Aplicável.

f) Níveis de endividamento e características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

Em 20 de janeiro de 2022, a Diretoria da Companhia, autorizada pelo Conselho de Administração, firmou operação de crédito com o Banco Bradesco, por meio da qual foi emitida Cédula de Crédito Bancário no valor total de R\$ 60.000.000 (sessenta milhões de reais), de acordo com as seguintes principais condições:

- Prazo de carência: 6 meses
- Taxa de juros: 128,8% do CDI
- Prazo da operação: 48 meses
- Garantias: (i) cessão fiduciária de direitos creditórios; e (ii) cessão fiduciária de aplicação financeira, a ser formalizada e constituída no prazo de até 10 meses a contar da data de emissão da Cédula de Crédito Bancário.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Vide Item (i)

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas:

Não Aplicável.

(iv) Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

Não Aplicável.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Não Aplicável.

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DA COMPANHIA PARA O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022, COMPARADO AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

Exercício encerrado em 31 de dezembro					
Demonstração dos resultados consolidados (R\$ mil)	2022	2021 (%)	2021	2021 (%)	2022 X 2021 (%)
Receita de serviços	138.756	-92%	167.840	-229%	-17%
Descontos e abatimentos	-1.366	1%	-3.065	1%	-55%
Impostos incidentes	-17.157	11%	-21.438	9%	-20%
Receita líquida	120.233	-80%	143.337	-57%	-16%
Custo dos serviços prestados	-52.971	35%	-54.668	21%	3%
Resultado bruto	67.262	-45%	88.669	-36%	-24%
Despesas e receitas operacionais:	-113.002	75%	-127.628	60%	-11%
Despesas administrativas	-99.434	66%	-89.447	44%	11%
Honorários de diretoria	-1.334	1%	-2.554	2%	-48%
Provisão para devedores duvidosos	-178	0%	506	1%	-135%
Outras receitas (despesas) operacionais	-12.056	8%	-35.440	13%	-66%
Equivalência Patrimonial		0%	-693	0%	0%
EBITDA					
Depreciações e amortizações	-12.973	9%	-8.987	6%	44%
Ajuste de valor recuperável de ativos	-77.245	51%	-7.000	67%	1004%

<i>Despesas financeiras</i>	-20.430	14%	-19.402	3%	5%
<i>Receitas financeiras</i>	7.238	-5%	1.874	-1%	286%
Resultado financeiro	-103.410	69%	-33.515	75%	209%
Resultado operacional antes das provisões tributárias	-149.150	99%	-72.474	100%	106%
<i>Provisão para imposto de renda</i>	-1.070	1%	-481	0%	122%
<i>Provisão para contribuição social</i>	-517	0%	-183	0%	183%
Prejuízo do exercício das operações continuadas	-150.737	100%	-73.138		106%

<i>Prejuízo atribuído aos acionistas controladores</i>	-151.738	-72.944
<i>Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores</i>	1.001	-194

<i>Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas</i>	-	-
<i>Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores</i>	-	-
<i>Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores</i>	-	-

<i>Prejuízo do exercício</i>	-150.737	-73.138
<i>Prejuízo atribuído aos acionistas controladores</i>	-151.738	-72.944
<i>Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores</i>	1.001	-194

Receita Bruta de Serviços

Nossa conta de receita bruta de serviços passou de R\$167,8,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$138,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$ 29 milhões ou 17% entre um período e outro.

Descontos e Abatimentos

Nossa conta de descontos e abatimentos passou de 3,1 milhões em dezembro de 2021 para 1,4 milhões em dezembro de 2022.

Impostos Incidentes

Nossa conta de impostos incidentes passou de 21,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 17,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$ 4,3 milhões ou 20% entre um período e outro.

Os impostos incidentes sobre as receitas são: PIS, Cofins e ISS.

Receita Líquida de Serviços

Nossa receita líquida de serviços passou de R\$ 143,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 120,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$ 23 milhões ou 16% entre um período e outro.

Custo dos serviços prestados

Nossa conta de custos dos serviços prestados passou R\$ 54,7 milhões em 2021, para R\$ 53 milhões no ano de 2022, representando um decréscimo de R\$ 1,7 milhões ou 3%.

Despesas Administrativas

Nossa conta de despesas administrativas passou de R\$ 89,4 milhões em 2021 para R\$ 99,4 milhões em 2022, representando um aumento de R\$ 10 milhões ou 11% entre um ano e outro.

Honorários de Diretoria

Nossa conta de honorários de diretoria, considerando os dados consolidados com valores dos diretores das controladas da companhia, passou de R\$ 2,6 milhões no ano de 2021 para R\$ 1,3 milhões em 2022, representando uma redução de 48% entre os anos de 2021 e 2022.

Depreciação e Amortização

Nossa conta de depreciação e amortização passou de R\$ 9 milhões em 2021 para R\$ 13 milhões em 2021, representando um aumento de R\$ 4 milhões ou 44% entre os anos de 2021 e 2022.

Despesas Financeiras

Nossa conta de despesas financeiras passou de R\$ 19,4 milhões em 2021 para R\$ 20,4 milhões no ano de 2022, representando um aumento de R\$ 1 milhão ou 5% entre os anos de 2021 e 2022.

Receitas Financeiras

Nossa conta de receitas financeiras passou de R\$ 1,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 7,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$ 5 milhão ou 286% entre os anos de 2021 e 2022.

Ajuste de Valor Recuperável de Ativos

Em 2022 alocamos R\$ 77,2 milhões na conta Ajuste de Valor Recuperável de Ativos relativos aos efeitos não caixa provenientes da baixa do ágio da Abyara, Bamberg e Liborio em função da atualização do valor justo.

Outras Despesas Operacionais

Nossa conta de outras despesas operacionais passou de R\$ 35,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 12,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução significativa de R\$ 23,4 milhões ou 66% entre um exercício e outro. Neste grupo encontram-se impactos de nossas provisões de contencioso, que vem reduzindo drasticamente ao longo dos últimos anos.

Resultado Operacional Antes das Provisões Tributárias

Nossa conta de resultado operacional antes das provisões tributárias passou de R\$(72,5) milhões no período do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ (149,2) milhões no período do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Nosso resultado

de 2022 foi fortemente impactado pelo ajuste de impairment da Abyara, Bamberg e Liborio.

Provisão para Imposto de Renda

Nossa conta de provisão para imposto de renda passou de R\$ 0,5 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1,1 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Provisão para Contribuição Social

Nossa conta de provisão para contribuição social foi de R\$ 0,2 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 0,5 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Resultado líquido dos Acionistas da Empresa

Nossa conta de prejuízo líquido do período passou de R\$(72,9) milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ (151,7) milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Fluxo de caixa da Empresa

As alterações significativas no Fluxo de Caixa no exercício de 2022 ocorreram principalmente por conta da captação de empréstimos e financiamentos efetuados na ordem de R\$ 52 MM, somados a aportes do acionista controlador, de capital no valor de R\$ 55 MM e de empréstimos de mútuo de R\$ 16 MM.

2.2. Comentários dos Ditores sobre:

a. resultados das operações da Companhia, em especial:

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nas receitas líquidas de serviços são consideradas as comissões que recebemos pelos serviços prestados no segmento de intermediação imobiliária, administração de carteira de locação, originação de crédito imobiliário, receita com credenciamentos e franquias e outros serviços correlatos; sendo estes deduzidos os impostos diretos incidentes sobre a receita, destacadamente o Pis, Cofins e ISS.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais foram afetados principalmente por conta do reconhecimento de despesas relativas ao ajuste no valor recuperável de ativos no valor de R\$ 77 MM

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Nada a destacar

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Cabe destacar a retomada da elevação da taxa de juros da economia, após chegar a 2% a.a. em 2021, menor patamar da história, uma alta nos níveis de inflação da construção e incertezas no âmbito global e local, impactando as vendas e os créditos imobiliários.

2.3. Os diretores devem comentar:**a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

Nada a comentar

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Companhia e 7 de suas controladas entraram com pedido de recuperação judicial solicitado em 13 de fevereiro de 2023 e deferido 2 dias depois. Essa fato, aliado ao fato de que ainda não foi apresentado o Plano de recuperação judicial, que tem um prazo até o dia 24 de abril de 2023, trazem um grau de incerteza sumamente relevante, e que podem trazer impactos significativos na continuidade operacional da Companhia; levou ao auditor a apresentar um Relatório com abstenção de opinião.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar

nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Nada a comentar

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável

c. eventos ou operações não usuais

Nada a comentar, além do contexto de recuperação judicial descrito no Anexo A, Item (c).

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

(em R\$ mil, exceto %) ¹	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
	2022	AH%	2021	AH%
Medições não contábeis				
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	-151.738	-108,02%	-72.944	18,16%
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	1001,063	616,01%	-194	-101,06%
Prejuízo do exercício	-150.737	-106,10%	-73.138	-3,35%
(-) Resultado financeiro	13.192	-24,74%	17.528	701,83%
(-) Imposto de renda e contribuição social	1.587	139,01%	664	-4,60%
(-) Depreciação e amortização	12.973	44,35%	8.987	172,63%
EBITDA ¹	-122.985	-167,60%	-45.959	42,73%
(-) Ajuste ao valor recuperável de ativos	77.245	1003,50%	7.000	100%
EBITDA Ajustado das operações continuadas ¹	-45.740	-17,41%	-38.959	32,97%

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Vide quadro acima, onde o EBITDA é demonstrado a partir do Prejuízo contábil.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA e o EBITDA Ajustado das operações continuadas não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (“IFRS”), não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras Companhias. O Grupo utiliza o EBITDA e o EBITDA Ajustado das operações continuadas como indicadores adicionais de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Em 13 de fevereiro de 2023, a Companhia, em conjunto com 7 de suas controladas (Abyara, Basimóvel, Bamberg, Global, MF Consultoria, Tropical e Niterói), ajuizou pedido de Recuperação Judicial (“RJ”) perante a 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo (“3ª Vara”), sob o nº 1016636-15.2023.8.26.0100, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 (“LRF”) e 122 parágrafo único da LSA, em caráter de urgência, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, pelo seu acionista controlador e pelos sócios quotistas das demais empresas do Grupo Nexpe.

Em que pesem os esforços adotados pela administração do Grupo Nexpe nos últimos meses, em conjunto com seus assessores financeiros e legais, a fim de diminuir os impactos negativos causados pelas contingências trabalhistas do Grupo Nexpe e pela queda de faturamento que o mercado imobiliário sofreu durante os anos da pandemia da COVID-19, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram, em unanimidade, a apresentação da Recuperação Judicial, ad referendum da Assembleia Geral de acionistas da Companhia, conforme disposto pelo parágrafo único do artigo 122 da Lei nº LSA e demais disposições legais aplicáveis. A Companhia, em conjunto com seus assessores legais e financeiros envidará seus melhores esforços para a condução da Recuperação Judicial a fim de que a transitória crise financeira enfrentada pela Companhia e pelas demais empresas do Grupo Nexpe seja superada o mais rápido possível.

O pedido é uma medida preventiva a fim de resguardar a operação da Companhia, garantir a continuidade do seu processo de reestruturação e permitir a perenidade de suas atividades.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando

- a. regras sobre retenção de lucros**
- b. regras sobre distribuição de dividendos**
- c. periodicidade das distribuições de dividendos**
- d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais**

- e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Nada a comentar

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
 - i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
 - ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iii. contratos de construção não terminada
 - iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Nada a comentar

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar: a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor b. natureza e o propósito da operação c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos
- ii. fontes de financiamento dos investimentos
- iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

c. novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Nada a destacar

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Nada demais a destacar

ANEXO B – Remuneração dos Administradores

8.1. Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, inclusive da diretoria não estatutária.

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Os objetivos das práticas de remuneração da Companhia para sua Diretoria são o alinhamento de interesses entre executivos e acionistas, estímulo à produtividade e eficiência, compartilhamento de riscos e retornos; convergência das metas individuais à estratégia da Companhia, estímulo à competitividade, reconhecimento da contribuição e retenção dos profissionais.

b. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração individual da Diretoria é definida pelo Conselho de Administração a partir da mensuração das metas estabelecidas para cada exercício social.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:

Para assegurar que a prática de remuneração esteja em conformidade com a legislação, normas e regulamentos que disciplinam o assunto, a metodologia utilizada para avaliação da remuneração individual leva em consideração: (i) as responsabilidades dos administradores, considerando os diferentes cargos que ocupam e as funções que desempenham; (ii) tempo dedicado às suas funções; (iii) competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) no valor de seus serviços praticados no mercado.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A avaliação é feita anualmente, quando da fixação da remuneração individual da Diretoria.

c. Composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Diretoria:

Os membros da diretoria estatutária fazem jus a uma remuneração fixa composta de um pró labore mensal e uma variável de acordo com a remuneração global da Companhia, além de benefícios condicionados ao exercício do cargo, limitada aos valores propostos e aprovados em AGO, sendo a remuneração individual determinada pelo Conselho de Administração, considerando-se a avaliação individual de cada diretor e o alcance de metas pré- determinadas. O objetivo da remuneração variável é recompensar o resultado do ano, se as metas estipuladas para o período tiverem sido alcançadas.

Adicionalmente, em assembleia geral realizada em 12 de dezembro de 2014, restou aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia com vistas a: (i) estimular a expansão e o sucesso na consecução dos objetivos sociais da Companhia; (ii) compartilhar a criação de valor bem como os riscos inerentes ao negócio e ao mercado de capitais, obtendo, em consequência um maior alinhamento dos interesses desses administradores e empregados com os interesses dos acionistas da Companhia, e (iii) reforçar a capacidade da Companhia de atrair e reter determinados administradores e empregados. Das 9.641.000 (nove milhões, seiscentas e quarenta e uma mil) ações integrantes do Plano, 2.566.917 (dois milhões, quinhentas e sessenta e seis mil, novecentas e dezessete) de ações foram outorgadas em 01/10/2017, e 7.074.083 (sete milhões, setenta e quatro mil e oitenta e três) de ações foram outorgadas em 02/07/2018 para membros da Diretoria Estatutária e Não Estatuária da Companhia, não tendo ocorrido, até o momento, qualquer exercício das opções.

Em 27 de setembro de 2019 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária um novo Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia, sem o cancelamento do plano acima mencionado, com vistas a: (i) estimular a expansão e o sucesso na consecução dos objetivos sociais da Companhia; e (ii) compartilhar a criação de valor bem como os riscos inerentes ao negócio e ao mercado de capitais, obtendo, em consequência um maior alinhamento dos interesses dos Participantes com os interesses dos acionistas da Companhia. Das 3.013.915 (três milhões, treze mil e novecentas e quinze) opções integrantes deste Novo Plano, 2.980.000 (dois milhões, novecentas e oitenta mil) opções foram outorgadas em 29/10/2019 para executivos da Companhia, não tendo ocorrido, até o momento, qualquer exercício das opções.

Em 2020, não foi elaborado nenhum novo plano, como também não foram outorgadas novas opções de compra.

Em 2021, não foi elaborado nenhum novo plano, entretanto foram outorgadas 10.000.000 (Dez milhões) de opções em 01/07/2021 para executivos da Companhia, não tendo ocorrido, até o momento, qualquer exercício.

Em 2022, não foi elaborado nenhum novo plano, entretanto foram outorgadas 2.504.902 (Dois milhões quinhentos e quatro mil e novecentos e duas) de opções em 25/03/2022 para executivos da Companhia, não tendo ocorrido, até o momento, qualquer exercício.

Conselho de Administração e Comitês:

A Companhia estabeleceu remuneração fixa para dois conselheiros independentes. No entanto, nenhum integrante do conselho de administração fez jus a remuneração variável.

Conselho Fiscal:

A Companhia possui Conselho Fiscal instalado. Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal foi fixada pela Assembleia que os elegeram em consonância com os limites impostos pela lei ou regulamentação aplicável.

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor:**

O formato da remuneração acima descrito tem a finalidade de incentivar os empregados a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes. A remuneração variável visa ao alinhamento de curto e médio prazo, na medida em que está atrelada às metas de (i) receita líquida; (ii) geração de caixa; (iii) despesas gerais e administrativas; (iv) EBITDA ajustado e/ou (v) lucro líquido sendo as opções para a compra de ações um elemento de alinhamento de interesses de longo prazo, na medida em que tem o potencial de tornar os executivos acionistas da Companhia.

- **em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total:**

Em 2020 a remuneração fixa correspondeu a 68% da remuneração total da diretoria estatutária, enquanto a remuneração variável correspondeu a 32% da remuneração total.

Em 2021 a remuneração fixa correspondeu a 45% da remuneração total da diretoria estatutária, enquanto a remuneração variável correspondeu a 55% da remuneração total.

Em 2022 a remuneração fixa correspondeu a 42% da remuneração total da diretoria estatutária, enquanto a remuneração variável correspondeu a 58% da remuneração total.

- **metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:**

Os valores de remuneração pagos pela Companhia aos seus administradores e empregados são comparados periodicamente com o mercado considerando companhias em porte e atuação comparáveis à Brasil Brokers.

Para a remuneração fixa, a nossa área de recursos humanos considera pesquisas salariais anuais, de forma que se possa aferir a competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum dos componentes da remuneração. Além disso, consideramos também a relevância de cada cargo e o desempenho individual, além dos conhecimentos e habilidades específicas para o desempenho da função e o potencial de entrega futuro de acordo com os desafios da companhia.

Para a remuneração variável e as outorgas de opções são definidas pelo Conselho de Administração da Companhia, caso a caso, sendo a primeira atrelada a um múltiplo salarial a partir do atingimento de metas individuais e corporativas.

- **Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Assim como para todos empregados da Companhia, os indicadores de desempenho são o atingimento de metas operacionais e financeiras da Companhia. Ademais, a remuneração dos administradores também é baseada na avaliação individual, que leva em conta iniciativa, pró-atividade, tomada de decisões, postura profissional, relacionamento interpessoal e trabalho em equipe. Para a definição da remuneração variável e outorga de opções, leva-se também em consideração indicadores financeiros de performance, tais como (i) receita líquida; (ii) geração de caixa; (iii) despesas gerais e administrativas; (iv) EBITDA ajustado e (v) lucro líquido.

A determinação de um montante de remuneração global da Companhia atrelada a um alcance de metas operacionais e financeiras é a estrutura designada para vincular a remuneração variável paga aos empregados da Companhia de forma geral.

A remuneração variável evolui conforme o atingimento de indicadores operacionais e financeiros, tais como (i) receita líquida; (ii) geração de caixa; (iii) despesas gerais e administrativas; (iv) EBITDA ajustado e (v) lucro líquido. A depender dos resultados nenhuma remuneração variável é paga aos membros da Diretoria e funcionários.

ii. razões que justificam a composição da remuneração:

A estratégia de remuneração da Companhia busca compartilhar o risco e o resultado da Companhia com seus principais executivos, sempre atrelado do atingimento de metas individuais e corporativas.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:

No exercício de 2022, dois conselheiros independentes fizeram jus a remuneração fixa. Os demais conselheiros, vinculados à Cerberus Capital Management ou uma de sua filiadadas, não foram beneficiados com qualquer tipo de remuneração. A Cerberus Capital Management é acionista controladora da Companhia.

d. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

e. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não há existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	1	3	9
Nº de membros remunerados	2	2	3	7
Remuneração fixa anual				

Salário ou pró-labore	576.000,00	1.600.000,00	250.000,00	2.426.000,00
Benefícios diretos e indiretos	0	0	0	0
Participação em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração variável				
Bônus	0	6.000.000,00	0	6.000.000,00
Participação de resultados	0	0	0	0
Remuneração por participação em reunião	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras	0	0	0	0

remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações, incluindo opções	0	0	0	0
Observação	0	0	0	0
Total da remuneração	576.000,00	7.600.000,00	250.000,00	8.426.000,00

Remuneração total do Exercício Social encerrado 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N� total de membros	5	2	3	10
N� de membros remunerados	2	2	3	7
Remuneração fixa anual				
Salário ou pr�-labore	576.000,00	1.534.367,46	81.661,23	2.192.028,69

Benefícios diretos e indiretos	0	0	0	0
Participação em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração variável				
Bônus	0	1.260.000,00	0	1.260.000,00
Participação de resultados	0	0	0	0
Remuneração por participação em reunião	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0

Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações, incluindo opções	0	0	0	0
Observação	0	0	0	0
Total da remuneração	576.000,00	2.794.367,46	81.661,23	3.452.028,69

Remuneração total do Exercício Social encerrado 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	2	0	7
Nº de membros remunerados	2	2	0	3
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	304.000,00	1.365.000,00	0	1.669.000,00
Benefícios diretos e indiretos	0	0	0	0
Participação em comitês	0	0	0	0

Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração variável				
Bônus	0	1.680.000,00	0	0
Participação de resultados	0	0	0	0
Remuneração por participação em reunião	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessaçãodo cargo	0	0	0	0
Baseada em ações, incluindo opções	0	0	0	0

Observação	0	0	0	0
Total da remuneração	304.000,00	3.045.000,00	0	3.349.000,00

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	-	7,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	-	4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	226.800,00	1.445.566,67	-	1.672.366,67
Benefícios diretos e indiretos		72.146,44		72.146,44
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	540.000,00	0,00	540.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00

Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	190.366,88	0,00	190.366,88
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	226.800,00	2.248.079,99	-	2.474.899,99

8.3. Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2023)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	5	2	7
Número de Membros remunerados	0	2	2
Em relação ao bônus:			
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	622.179,00	622.179,00
Valor Máximo Previsto no Plano	0,00	5.000.000,00	

de Remuneração			5.000.000,00
Valor Previsto no Plano de Remuneração - metas antigas	0	0	0
Valor Efetivamente Reconhecido	0	0	0
Em relação à participação no resultado:			
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	0
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	0
Valor Previsto no Plano de Remuneração - metas atingidas	0	0	0
Valor Efetivamente Reconhecido	0	0	0

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2022

Ano Corrente	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	5	2	7
Número de Membros remunerados	0	2	2
Em relação ao bônus:			
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	979.935,00	979.935,00
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	2.177.633,34	2.177.633,34
Valor Previsto no Plano de Remuneração - metas antigas	0	0,00	0,00
Valor Efetivamente Reconhecido	0	1.260.000,00	1.260.000,00
Em relação à participação no resultado:			
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	0

Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	0
Valor Previsto no Plano de Remuneração - metas atingidas	0	0	0
Valor Efetivamente Reconhecido	0	0	0

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2021

Ano Corrente	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	5	2	7
Número de Membros remunerados	0	2	2
Em relação ao bônus:			
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	180.000,00	180.000,00
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	2.100.000,00	2.100.000,00
Valor Previsto no Plano de Remuneração - metas antigas	0	0	0
Valor Efetivamente Reconhecido	0	1.680.000,00	1.680.000,00
Em relação à participação no resultado:			
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	0
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	0
Valor Previsto no Plano de Remuneração - metas atingidas	0	0	0
Valor Efetivamente Reconhecido	0	0	0

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2020

Ano Corrente	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	5	2	7
Número de Membros remunerados	2	2	4
Em relação ao bônus:			
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0	R\$ 2.636.000,00	R\$ 2.636.000,00
Valor Previsto no Plano de Remuneração - metas antigas	0	0	0
Valor Efetivamente Reconhecido	0	540.000,00	540.000,00
Em relação à participação no resultado:			
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	0
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	0
Valor Previsto no Plano de Remuneração - metas atingidas	0	0	0
Valor Efetivamente Reconhecido	0	0	0

8.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a) Termos e condições gerais:

Os Termos e condições gerais encontram-se dispostos nas respostas aos itens abaixo.

O principal objetivo do plano é conceder aos administradores e empregados da Companhia e de suas sociedades controladas diretas ou indiretas (incluídas no conceito de Companhia para os fins deste Plano), a oportunidade de investir recursos próprios, por sua conta e risco, na aquisição de ações de emissão da Companhia, tornando-se acionistas, com vistas a: (i) estimular a expansão e o

sucesso na consecução dos objetivos sociais da Companhia; e (ii) compartilhar a criação de valor bem como os riscos inerentes ao negócio e ao mercado de capitais, obtendo, em consequência um maior alinhamento dos interesses dos Participantes com os interesses dos acionistas da Companhia.

b) data de aprovação e órgão responsável

Existem 2 planos de opção de compra de ações , um aprovado em 12/12/2014, outro em 27/09/2019 pela assembleia geral extraordinária, todos com condições semelhantes, que serão dispostas nas respostas aos itens abaixo.

c) Número máximo de ações abrangidas:

As opções de compra de ações outorgadas nos termos dos Planos 2014 e 2019 representarão no máximo é 253.098 (Duzentos e cinquenta e três mil e noventa e oito) ações ordinárias de emissão da Companhia. Se o número de ações existentes da Companhia for aumentado ou diminuído como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos serão feitos, de forma automática, os ajustes apropriados no número máximo de opções a serem outorgadas nos termo do Plano.

d) Número máximo de opções a serem outorgadas:

Cada opção corresponderá a 1 ação, portanto o número máximo de opções a serem outorgadas é 253.098 (Duzentos e cinquenta e três mil e noventa e oito) ações.

e) Condições de aquisição de ações:

Caberá ao Conselho de Administração ou ao Comitê de Remuneração da Companhia, conforme o caso, aprovar a outorga de opções, definindo, dentre outros fatores, quando da celebração dos contratos de outorga, os prazos e condições para o exercício de cada opção, sempre observadas as regras previstas no Plano.

f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

O preço das ações a serem adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício das opções, será determinado a partir do valor médio das ações de emissão da Companhia dos últimos 60 (sessenta) pregões na B3, anteriores à data da outorga da opção, ajustado pelo IPCA.

O Conselho de Administração ou o Comitê de Remuneração da Companhia, conforme o caso, poderá determinar, quando da outorga das opções, que seja deduzido do preço de exercício os valores por ação declarados pela Companhia a título de proventos, tais como dividendos e juros sobre capital próprio, no período compreendido entre a data de outorga e a data de exercício das opções. O mesmo procedimento de ajuste do preço de exercício poderá ser adotado pelo Conselho de Administração ou o Comitê de Remuneração da Companhia, conforme o caso, quando da redução do capital social da Companhia com restituição aos acionistas.

g) Critérios para fixação do prazo de exercício:

Caberá ao Conselho de Administração ou ao Comitê de Remuneração da Companhia, conforme o caso, aprovar a outorga de opções, definindo, dentre outros fatores, quando da celebração dos contratos de outorga, os prazos e condições para o exercício de cada opção, sempre observadas as regras previstas no Plano.

h) Forma de liquidação:

Caberá ao Conselho de Administração ou ao Comitê de Remuneração da Companhia, conforme o caso, aprovar a outorga de opções, definindo, quando da celebração dos contratos de outorga, a forma de liquidação das opções, sempre observadas as regras previstas no Plano.

i) Restrições à transferência das ações:

Caberá ao Conselho de Administração ou ao Comitê de Remuneração da Companhia, conforme o caso, quando da celebração dos contratos de outorga, estabelecer período mínimo de indisponibilidade, durante os quais os beneficiários não poderão vender, transferir ou de qualquer forma alienar as ações adquiridas no âmbito do Plano.

j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

O Plano vigorará até que seja atingido o limite mencionado no item “f” acima, podendo ser extinto a qualquer tempo por decisão do Conselho de Administração, sem prejuízo: (i) da prevalência das restrições à negociabilidade das ações; e (ii) do exercício das opções ainda em vigor já outorgadas, podendo neste caso o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, estabelecer um prazo máximo para o respectivo exercício.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de

valores, as opções dos contratos em vigência, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê de Remuneração da Companhia, conforme o caso, poderão ser transferidas para a companhia sucessora ou terão seus prazos de carência antecipados, por determinado prazo, para que possam ser exercidas pelo Beneficiário. Após o referido prazo, o Plano terminará e as opções não exercidas caducarão sem direito a indenização.

k) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

Salvo determinação em contrário do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme o caso, nas hipóteses de término da relação do Beneficiário com a Companhia por demissão ou rescisão do contrato de trabalho, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição do cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, caducarão todas as opções não exercidas pelo Beneficiário desligado, tendo ou não decorrido os prazos de carência, independentemente de aviso prévio ou indenização.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2023):

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	2
Nº de membros remunerados	0	2
Preço médio ponderado de exercício:		
<i>(a) Das opções em aberto no início do exercício social</i>	0	Tranche A R\$ 1,01 Tranche B R\$ 1,50 Outorga 01/07/2021 R\$ 1,95 Outorga 29/10/2019 R\$ 5,50

<i>(b) Das opções perdidas durante o exercício social</i>	0	0
<i>(c) Das opções exercidas durante o exercício social</i>	0	0
<i>(d) Das opções expiradas durante o exercício social</i>	0	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0	Tranche A 1,89% Tranche B 1,41% Outorga 01/07/2021 7,53% Outorga 29/10/2019 2,24%

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2022:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	2
Nº de membros remunerados	0	2
Preço médio ponderado de exercício:		
<i>(a) Das opções em aberto no início do exercício social</i>	0	Tranche A R\$ 1,01 Tranche B R\$ 1,50 Outorga 01/07/2021 R\$ 1,95 Outorga 29/10/2019 R\$ 5,50 Outorga 02/07/2018 R\$ 4,90
<i>(b) Das opções perdidas durante o exercício social</i>	0	0

<i>(c) Das opções exercidas durante o exercício social</i>	0	0
<i>(d) Das opções expiradas durante o exercício social</i>	0	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0	Tranche A 1,89% Tranche B 1,41% Outorga 01/07/2021 7,53% Outorga 29/10/2019 2,24% Outorga 02/07/2018 5,53%

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2021:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	2
Nº de membros remunerados	0	2
Preço médio ponderado de exercício:		
<i>(a) Das opções em aberto no início do exercício social</i>	0	Outorga 01/07/2021 R\$ 1,95 Outorga 29/10/2019 R\$ 5,50 Outorga 02/07/2018 R\$ 4,90
<i>(b) Das opções perdidas durante o exercício social</i>	0	0
<i>(c) Das opções exercidas durante o exercício social</i>	0	0
<i>(d) Das opções expiradas durante o exercício social</i>	0	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0	Outorga 01/07/2021 1,25%

		Outorga 29/10/2019 3,36%
		Outorga 02/07/2018 1,14%

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2020:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	2
Nº de membros remunerados	0	0
Preço médio ponderado de exercício:		
<i>(a) Das opções em aberto no início do exercício social</i>	0	Outorga 29/10/2019 R\$ 5,50 Outorga 02/07/2018 R\$ 4,90
<i>(b) Das opções perdidas durante o exercício social</i>	0	0
<i>(c) Das opções exercidas durante o exercício social</i>	0	0
<i>(d) Das opções expiradas durante o exercício social</i>	0	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0	Outorga 29/10/2019 3,36% Outorga 02/07/2018 1,14%

e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas:

Diluição potencial de 7,53% para a outorga realizada em 01/07/2021, 2,24% para a outorga realizada em 01/10/2019 e 5,33% para a outorga realizada em 02/07/2018.

Conselho de Administração

Nenhum dos membros do Conselho de Administração recebeu nos três últimos exercícios sociais ou recebe remuneração variável no ano corrente.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	2
Nº de membros remunerados	0	2
Opções ainda não exercíveis	0	0
Data da Outorga	0	25/03/2022
Quantidade de opções Outorgadas	0	1.070.588
prazo para que as opções se tornem exercíveis	0	25% - 31/12/2022 25% - 31/12/2023 25% - 31/12/2024 25% - 31/12/2025
prazo máximo para exercício das opções	0	31/12/2027
prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	0	12 meses

valor justo das opções na data da outorga	0	1,01
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga		1.081.293,88

Não houve outorgas nos anos de 2021 e 2022.

8.7. Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária:

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	2
Nº de membros remunerados	0	0
Opções ainda não exercíveis	0	0
Quantidade	0	58.824
Data em que se tornarão exercíveis	0	25% - 31/12/2023 25% - 31/12/2024
Prazo máximo para exercício das opções	0	31/12/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	0	12 meses
Preço médio ponderado de exercício	0	97,50
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0	0
Opções exercíveis		
Quantidade	0	34.314
Data em que se tornarão exercíveis	0	31/12/2021
Prazo máximo para exercício das opções	0	31/12/2026

Prazo de restrição à transferência das ações	0	12 meses
Preço médio ponderado de exercício	0	97,50
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0	0
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	0	0

8.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não houve exercício de opções nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não houve remuneração baseada em ações sob a forma de ações entregues diretamente aos beneficiários.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não houve remuneração baseada em ações sob a forma de ações entregues diretamente aos beneficiários.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não houve remuneração baseada em ações sob a forma de ações entregues diretamente aos beneficiários.

8.12. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

	2018	2019	2021
Modelo de Precificação	Black&Scholes	Black&Scholes	Black&Scholes
Preço de Exercício	0,49	5,5	1,95
Preço Médio Ponderado	0,39	4,66	2,47
Volatilidade esperada	52,87%	57,73%	90,40%
Prazo de Vida	31/12/2021	31/12/2024	31/12/2026
Dividendos esperados	0	0	0
Taxas de Juros Livre de Risco	6,40%	6,40%	6,40%

a. Modelo de Precificação

Base no Modelo Black-Scholes, utilizado pela Companhia, o plano tem por objetivo conceder aos administradores e empregados da Companhia a oportunidade de adquirir ações de emissão da Companhia ao valor de R\$ 0,49 (quarenta e nove centavos de real), valor que após o grupamento de ações passa a ser considerado R\$ 4,90 (quatro reais e noventa centavos de real) e/ou R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos de real) por ação. A premissa relativa ao período em que a opção será exercida após o término da carência que poderão ser exercidos de forma integral ou parcial de acordo com os termos e condições do contrato, os Planos são administrados pelo Conselho de Administração, incumbindo ao Diretor Presidente designar os beneficiários a quem as opções serão outorgadas.

O requisito de aquisição de direito dos Planos é vinculado às metas relacionadas ao desempenho dos empregados e administradores da Companhia, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos beneficiários ou a determinação do número de opções a lhes serem atribuídas, e a permanência dos mesmos na Companhia.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação

Para o programa de 2021, o preço médio das ações foi formado a partir da cotação médias dos 60 pregões no período de 05/04/2021 até 30/06/2021. Para o programa de 2019, foi utilizadas as cotações médias dos 60 pregões no período de 06/08/2019 até 28/10/2019. E no programa de 2018, para formação do preço médio das ações foram considerados a cotação médias dos 60 pregões no período de 05/04/2018 até 29/06/2018.

A volatilidade prevista para os programas de opções de 2021 é baseada em dados históricos dos últimos 248 (duzentos e quarenta e oito) dias desde 02 de julho de 2020. Para o programa de 2019 é baseada em dados históricos dos últimos 248 (duzentos e quarenta e oito) dias desde 29 de

outubro de 2018, um ano antes da outorga. Já para os Programas de opções de 2018, a volatilidade é medida desde julho de 2017, com dados históricos dos últimos 246 (duzentos e quarenta e seis) dias.

O prazo de vida das opções dos planos de 2021 e 2019 são divididos em 4 (quatro) lotes anuais com vencimentos no último dia dos exercícios sociais de 2021, 2022, 2023 e 2024, na proporção de 25% por período, para o plano de 2018 são divididos em 4 (quatro) lotes anuais com vencimentos no último dia dos exercícios sociais de 2018, 2019, 2020 e 2021, na proporção de 25%, 12,5%, 12,5% e 50%, respectivamente; não há dividendos esperados para nenhum dos períodos. A taxa de juros livre de risco para todos os períodos é de 6,40%.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, dado que o modelo não permite exercício antecipado sem autorização de nossos órgãos societários competente, e este é responsável por definir métodos e premissas para incorporar os efeitos esperados do eventual exercício antecipado.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada:

A volatilidade prevista para os programas de opções de 2021 é baseada em dados históricos dos últimos 248 (duzentos e quarenta e oito) dias desde 02 de julho de 2020. Para o programa de 2019 é baseada em dados históricos dos últimos 248 (duzentos e quarenta e oito) dias desde 29 de outubro de 2018, um ano antes da outorga. Já para os Programas de opções de 2018, a volatilidade é medida desde julho de 2017, com dados históricos dos últimos 246 (duzentos e quarenta e seis) dias.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não foram incorporadas outras características na mensuração do valor justo das opções.

8.12 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Posição em 31 de dezembro de 2022

Brasil Brokers Participações S.A.		
Acionista	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	Participação no Total de Ações da Companhia
Conselho de Administração	0	0
Diretoria	0	0
Total	0	0

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

8.15. – Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	1,00	2,00	2,00	5,00	5,00	5,00	3,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	3,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração (Reais)	898.703,00	1.740.000,00	1.058.116,88	288.000,00	208.000,00	131.600,00	218.000,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração (Reais)	701.297,00	1.305.000,00	113.750,00	96.000,00	96.000,00	95.200,00	218.000,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração (Reais)	800.00,00	1.522.500,00	435.186,71	192.000,00	152.000,00	113.400,00	218.000,00	0,00	0,00

Valores anuais

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2022	Todos os membros da Diretoria Estatutária exerceram suas atividades fazendo jus a remuneração.
31/12/2021	Todos os membros da Diretoria Estatutária exerceram suas atividades fazendo jus a remuneração.
31/12/2020	Todos os membros da Diretoria Estatutária exerceram suas atividades por menos de 12 meses no exercício social de 2020.

Conselho de Administração	
31/12/2022	Dois membros do conselho de administração fizeram jus a remuneração fixa.
31/12/2021	Dois membros do conselho de administração fizeram jus a remuneração fixa.
31/12/2020	Dois membros do conselho de administração fizeram jus a remuneração fixa.

Conselho Fiscal	
31/12/2022	Três membros do conselho fiscal fizeram jus a remuneração fixa.
31/12/2021	O conselho fiscal não foi instalado, portanto, não faz jus ao recebimento de remuneração.
31/12/2020	O conselho fiscal não foi instalado, portanto, não faz jus ao recebimento de remuneração.

8.16. – Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Caso o Diretor Presidente seja destituído de seu cargo, sem justo motivo, no prazo de até 48 meses a contar da sua posse, fará jus ao recebimento de indenização correspondente a 75% do valor equivalente a 13 pró-labores mensais vigentes à época. Adicionalmente à indenização, o estatutário e seus dependentes poderão permanecer na apólice de plano de saúde da companhia por até 24 meses adicionais, mantidas às regras de cobertura, reembolso e coparticipação. Se dentro do prazo de 48 meses a contar da posse ocorra alteração na estrutura organizacional da Companhia, que leve a (i) parte dos funcionários /departamentos/unidades de negócio a não mais responderem, ainda que indiretamente, ao Contratado, ou (ii) o Contratado a não mais responder diretamente ao Conselho de Administração da companhia enquanto órgão colegiado, um eventual pedido de renúncia do contratado será interpretado como destituição sem justo motivo para fins de pagamento de indenização.

8.17 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável, uma vez que não houve qualquer remuneração a membros do Conselho ou Diretoria que sejam partes relacionadas aos controladores, nos últimos 3 exercícios sociais.

8.18 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável.

8.19 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável.

8.20 – Outras informações relevantes

O CEO da Companhia e membro do Conselho de Administração, Daniel Abramant Guerbatin, recebeu outorgas de opção de compra de ações nos anos de 2018 e 2019, na qualidade de Diretor Estatutário de uma das controladas diretas da Brasil Brokers, sendo que até a presente data deste Formulário de Referência não foram exercidas nenhuma das opções.

ANEXO C – Itens 7.3 e 7.6 do Formulário de Referência

7.3/7.4 – Composição da Administração, Conselhos e Comitês

Nome:	Pedro Alvarenga D Almeida	CPF/Passaporte:	05827528765
Data de Nascimento:	16/05/1985	Profissão:	Economista
Cargo eletivo ocupado:	Membro Titular do Conselho Fiscal	Eleito pelo controlador:	Sim
Prazo de mandato:	1 ano	Data da eleição:	11/05/2023
Data de início do 1º mandato que deu início à consecutividade:	29/04/2022	Data da posse:	11/05/2023
Experiência profissional e outros cargos exercidos:			
O Sr. Pedro Alvarenga é economista formado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ com pós-graduação e curso de extensão em Finanças e Economia pela FGV e COPPEAD - UFRJ, com mais de 15 anos de experiência construída na área financeira de empresas de grande porte de capital aberto como Estácio Participações S.A. (Yduqs), Oi S.A., Contax Participações S.A. (Liq), Brasil Brokers Participações S.A. (Nexpe) e Bemobi Mobile Tech S.A., tendo ocupado nos últimos anos posições executivas incluindo de Diretor Financeiro, Relações com Investidores e M&A dessas Companhias, liderando áreas e projetos ligados a FP&A, planejamento estratégico, controladoria, reestruturação operacional e financeira, revisão de processos e desenvolvimento de novos sistemas/automações, estruturação de programas de RI, estruturação de novos negócios (incluindo startups), captação de recursos e fusões e aquisições. Atualmente, exerce o papel de Diretor de RI e M&A da Bemobi e de Founder & CEO da Alvar Consulting, uma consultoria financeira com foco em transformação empresarial, bem como atua como Presidente do Conselho Fiscal da Nexpe Participações S.A. - Em Recuperação Judicial desde abril de 2022.			
Declaração de eventuais condenações:			
Não esteve sujeito, nos últimos 5 (cinco) anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.			

Nome:	Marcelo Costa Lobo	CPF/Passaporte:	01088668747
Data de Nascimento:	28/02/1974	Profissão:	Administrador
Cargo eletivo ocupado:	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Eleito pelo controlador:	Sim
Prazo de mandato:	1 ano	Data da eleição:	11/05/2023
Data de início do 1º mandato que deu início à consecutividade:	29/04/2022	Data da posse:	11/05/2023
Experiência profissional e outros cargos exercidos:			
O Sr. Marcelo Lobo é administrador formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e contador formado pela UNESA. Possui MBA em Gestão e Finanças pela FGV e Mestrado de Gestão Financeira Internacional pela Université de Bordeaux. Executivo de Finanças e Planejamento Estratégico com sólida experiência nos setores de FMCG e Varejo em empresas como The Coca-Cola Company, Way Design, exerceu o cargo de Diretor Financeiro de Planejamento Estratégico Duty Free Americas e atualmente é CFO da NoMoo Plant Based. Atualmente, exerce o cargo de membro suplente do Sr. Pedro Alvarenga, Presidente do Conselho Fiscal da Nexpe Participações S.A. - Em Recuperação Judicial.			
Declaração de eventuais condenações:			
Não esteve sujeito, nos últimos 5 (cinco) anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.			

Nome:	João Marcos de Faro Mendes de Almeida	CPF/Passaporte:	60643285768
Data de Nascimento:	09/06/1960	Profissão:	Economista
Cargo eletivo ocupado:	Membro Titular do Conselho Fiscal	Eleito pelo controlador:	Sim
Prazo de mandato:	1 ano	Data da eleição:	11/05/2023
Data de início do 1º mandato que deu início à consecutividade:	29/04/2022	Data da posse:	11/05/2023
Experiência profissional e outros cargos exercidos:			
O Sr. João Almeida é economista com pós-graduação em finanças corporativas pela Universidade Cândido Mendes, atuou como gerente sênior no Banco Crefisul/Citibank, Banco BBA Creditanstalt, Banco ABC Brasil e Latinvest Asset Management, tendo ocupado nos últimos anos a posição de Sócio Gerente na MMJ Maturity. Atua como membro titular do Conselho Fiscal da Nexpe Participações S.A. - Em Recuperação Judicial desde abril de 2022.			
Declaração de eventuais condenações:			
Não esteve sujeito, nos últimos 5 (cinco) anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.			

Nome:	Anderson de Souza Marques	CPF/Passaporte:	01293663743
Data de Nascimento:	20/11/1973	Profissão:	Contador
Cargo eletivo ocupado:	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Eleito pelo controlador:	Sim
Prazo de mandato:	1 ano	Data da eleição:	11/05/2023
Data de início do 1º mandato que deu início à consecutividade:	N/A	Data da posse:	11/05/2023
Experiência profissional e outros cargos exercidos:			
O Sr. Anderson de Souza Marques é formado em ciências contábeis pela Universidade Salgado de Oliveira (2005), MBA Executivo pela COPPEAD - UFRJ (2006) e possui certificação como conselheiro pelo IBGC. Atua como Controller Regional América Latina desde março de 2021 da Dover Fueling Solutions Brazil. Possui 25 anos de experiência profissional, dos quais 11 anos na PwC e 14 anos em executivas sêniores nas empresas Afton Chemical, Carioca Christiani-Nilsen Engenharia e Banco Modal S.A.			
Declaração de eventuais condenações:			
Não esteve sujeito, nos últimos 5 (cinco) anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.			

Nome:	Luis Eduardo de Almeida Vidal Mangini	CPF/Passaporte:	17423442836
Data de Nascimento:	07/01/1971	Profissão:	Engenheiro
Cargo eletivo ocupado:	Membro Titular do Conselho Fiscal	Eleito pelo controlador:	Sim
Prazo de mandato:	1 ano	Data da eleição:	11/05/2023
Data de início do 1º mandato que deu início à consecutividade:	29/04/2022	Data da posse:	11/05/2023
Experiência profissional e outros cargos exercidos:			
O Sr. Luis Mangini é engenheiro civil formado pela Universidade Paulista, tendo pós-graduação em Engenharia Ambiental na FAAP e MBA na FGV. Já atuou como Diretor de Engenharia de empresas como BKO Engenharia e Construções Ltda., Construtora Tenda SA / Gafisa SA e foi Diretor de Real Estate na GP Investimentos Ltda. Atualmente é sócio fundador da FL2 Partners, empresa gestora de recursos responsável pela estruturação e operação de fundos com foco em Real Estate, bem como atua como membro do Conselho Fiscal da Nexpe Participações S.A. desde abril de 2022.			
Declaração de eventuais condenações:			
Não esteve sujeito, nos últimos 5 (cinco) anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.			

Nome:	Flávio Correia Santos	CPF/Passaporte:	90509528791
Data de Nascimento:	16/03/1972	Profissão:	Contador
Cargo eletivo ocupado:	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Eleito pelo controlador:	Sim
Prazo de mandato:	1 ano	Data da eleição:	11/05/2023
Data de início do 1º mandato que deu início à consecutividade:	N/A	Data da posse:	11/05/2023
Experiência profissional e outros cargos exercidos:			
O Sr. Flávio Santos é formado em ciências contábeis pela Faculdade Moraes Junior - RJ (1999), possui MBA em Controladoria e Finanças pela UFF-RJ (2002), MBA Executivo em Finanças pela IBMEC - RJ (2014) e Mestrado em Desenvolvimento Local pela Unisum - RJ (2019). Possui mais de 20 anos de experiência na área Financeira com foco em Controladoria, Contabilidade, Finanças e Auditoria em empresas nacionais e multinacionais de grande porte dos segmentos industrial, educacional, financeiro e consultoria Big Four. O Sr. Flávio já atuou como gerente de auditoria da PricewaterhouseCoopers (PwC), como gerente de controladoria do Itaú-Unibanco, como gerente de controladoria da Unisum e como gerente financeiro e regional da Supergasbras, dentre outras experiências. Atualmente exerce o cargo de gerente de finanças e contabilidade regional dos Laboratórios B Braun .			
Declaração de eventuais condenações:			
Não esteve sujeito, nos últimos 5 (cinco) anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.			

Nome:	Alexandra Koelle Moore Mayorga	CPF/Passaporte:	PAC558137
Data de Nascimento:	09/02/1968	Profissão:	Executiva
Cargo eletivo ocupado:	Membro Independente do Conselho de Administração	Eleito pelo controlador:	Sim
Membro independente:	Sim	Data da eleição:	11/05/2023
Critério de Independência:	Considerada membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.	Data da posse:	11/05/2023
Data de início do 1º mandato que deu início à consecutividade:	N/A	Prazo de mandato:	Até a AGO de 2024
Experiência profissional e outros cargos exercidos:			
A Sra. Alexandra Moore é formada em Ciências Políticas e Relações Internacionais na Universidade de St. Louis (Espanha) e possui pós graduação em Relações Públicas pela Universidade Comillas, ICADE. A Sra. Alexandra é sócia fundadora do Grupo Albión e atua como diretora do Grupo sendo responsável pela gestão de todos os clientes da área de comunicação corporativa e financeira. Possui vasta experiência em assessoria de mercados financeiros, comunicação corporativa e financeira, incluindo situações especiais / comunicações de crise.			
Declaração de eventuais condenações:			
Não esteve sujeita, nos últimos 5 (cinco) anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.			

7.5. Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco até o 2º Grau Relacionadas a Administradores do Emissor, Controladas e Controladores

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau entre (i) os candidatos a membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração e os nossos administradores; (ii) os candidatos a membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração e administradores de nossas controladas diretas e indiretas; (iii) os candidatos a membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração e os administradores de nossos controladores diretos ou indiretos.

7.6. Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle entre Administradores e Controladas, Controladores e Outros

(a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social

(b) controlador direto ou indireto do emissor

(c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não existe relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre (i) os candidatos a membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração e a Companhia; (ii) os candidatos a membros do Conselho Fiscal

e do Conselho de Administração e nossas controladas diretas e indiretas; (iii) os candidatos a membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração e nossos controladores diretos ou indiretos; e/ou (iv) os candidatos a membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração e fornecedores, clientes, devedores ou credores relevantes da Companhia, de nossas controladoras diretas e indiretas ou de nossas controladas diretas ou indiretas.

ANEXO D – Modelo de Procuração

PROCURAÇÃO		
[ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO] ("Outorgante"), nomeia e constitui como seu procurador CARLOS EDUARDO SAMPAIO AGUIAR, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 139.750 e no CPF sob o nº 094.734.507-88, com endereço profissional na Rua Flórida, nº 1595, 3º andar, conjunto 31, Cidade Monções, CEP 04.565-001, São Paulo – SP, para individualmente representar a Outorgante, na qualidade de acionista da NEXPE PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada, em segunda convocação, no dia 11 de maio de 2023, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, em conformidade com as orientações estabelecidas abaixo, acerca da seguinte matéria constante da Ordem do Dia:		
Ordem do Dia: AGO		
(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
Justificativa de voto:		
(ii) Aprovar a destinação do resultado auferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
Justificativa de voto:		
(iii) Fixar a remuneração global anual da Administração (Diretoria e Conselho de Administração) para o exercício social de 2023.		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
Justificativa de voto:		
(iv) Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia.		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
Justificativa de voto:		
(v) Fixar a remuneração global anual do Conselho Fiscal para o exercício social de 2023.		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
Justificativa de voto:		
(vi) Eleger (1) um novo membro independente do Conselho de Administração em razão da vacância no cargo.		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
Justificativa de voto:		

